

|     | Descrição do Indicador  | Forma de Apuração   | Situação   | Pontuação                                 |
|-----|---|---|--|---|
| 4.3 | Percentual de material recuperados, reciclados e reinseridos na cadeia produtiva, inclusive por meio da complementação, separação de resíduos para correção ambiental, ou outras tecnologias que reduzam o volume de rejeitos enviados para a disposição final. | Formulário da prefeitura municipal comprovando a porcentagem em comercialização/doados no ano | % ≥ 40%<br>20% ≤ % < 40%<br>10% ≤ % < 20%<br>01% ≤ % < 10%<br>0% | 0,200<br>0,150<br>0,100<br>0,050<br>0,000 |

QUADRO 2

| FATOR DE QUALIDADE PARA EMPREENHIMENTOS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS |                                    |   |   |                      |
|--|------------------------------------|---|---|----------------------|
| 1  | GC – Gestão Compartilhada 0,100    |   |   |                      |
| Empreendimento sob regime de gestão compartilhada?                                     | Sim                                | Apresentou cópia do documento de formalização de contrato ou consórcio? | Sim   | Município sede?      |
|  | Não                                |   | Não   |                      |
| 2  | DOP – Desempenho Operacional 0,900 |   |   |                      |
| Lista de verificação do empreendimento preenchida durante verificação em campo.        | Sim                                | Pontuação obtida segundo o critério da lista de verificação             | Nº de pontos obtidos na verificação (faixa de variação: 0,1 a 1 IV) | Nº de pontos x 0,750 |
|  | Não                                |   |   |                      |
| Lodo tratado para obtenção de biossólido (% ≥ 40%)                                     | Sim                                |   |   | 0,150                |
|  | Não                                |   |   | 0,00                 |

04 2059971 - I

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.369, DE 04 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a Medalha de Mérito Ambiental. A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso I do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, RESOLVEM:

Art. 1º – Fica instituída a Medalha de Mérito Ambiental, nos termos desta resolução.

Art. 2º – A Medalha de Mérito Ambiental será concedida anualmente aos servidores públicos e demais pessoas naturais ou jurídicas como forma de reconhecimento público a relevante atuação ou contribuição para a preservação ambiental ou melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – O ato de concessão e entrega da Medalha de Mérito Ambiental ocorrerá de forma solene em evento integrante da semana do meio ambiente, realizado no âmbito de cada ano civil.

Art. 4º – A concessão da Medalha de Mérito Ambiental dependerá de proposta formal da Comissão Deliberativa.

Art. 5º – A Comissão Deliberativa terá a seguinte composição:

I – Secretária de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

II – Secretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

III – Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente ou representante por ele designado;

IV – Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas ou representante por ele designado;

V – Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas ou representante por ele designado.

§ 1º – A presidência da Comissão Deliberativa será exercida pela Secretária de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 6º – A Comissão Deliberativa será convocada por ato da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, competindo-lhe, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da convocação, a elaboração de proposta contendo a relação de indicados à Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

Parágrafo único – A Comissão Deliberativa poderá solicitar aos gestores das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – a apresentação de indicações, as quais serão submetidas à análise para fins de concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

ANEXO I

(a que se refere o art. 12 da Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM nº 3.369, de 04 de julho de 2025).

DESCRICAÇÃO DA MEDALHA, BARRETA, PINGENTE E DIPLOMA DA MEDALHA DE MÉRITO AMBIENTAL.

A medalha mérito ambiental obedecerá à forma, dimensões, emblemas e características seguintes:

1) Medalha em formato regular, redonda, com tamanho de 5,0 cm de diâmetro, 3 mm de espessura, nas cores branco, ciano, verde, amarelo, marrom e branco, com banho eletrolítico de níquel, produzida em processo de fundição com material denominado Zamac. A medalha trará, em seu design, acabamento jateado, e será aconchilhada em estampo de veludo na cor verde (13cm x 7cm), suspensa por uma fita bolso chamalote em 3 cores: verde, azul e marrom, conforme Anexo II.

2) No anverso, terá o mapa de Minas Gerais, contemplando 4 desenhos: a) Indústria na cor amarela e fundição marrom, que representa a competência da Feam nas políticas públicas relativas à regularização ambiental e à gestão ambiental das barragens de resíduos ou de rejeitos da indústria da mineração e das áreas comunitárias.

O desenho de três gotas, na cor azul e fundo azul mais escuro, representa a competência do Igam no gerenciamento de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.

A árvore, no tom de verde com o fundo verde mais escuro, simboliza o IEF no desenvolvimento e implementação da política florestal e da biodiversidade do Estado, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à recuperação dos ecossistemas.

O quarto desenho abarca animais silvestres e uma mulher adulta e uma criança, na cor amarela com fundo branco, representa a Semad como órgão responsável em implementar e acompanhar as políticas públicas na conservação, preservação, recuperação e fiscalização dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade ambiental, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e à adaptação às mudanças climáticas, em articulação com os demais órgãos e entidades, em ação sistêmica de proteção ambiental e garantia para a humanidade e futuras gerações.

Todos os desenhos terão o contorno amarelo e as cores dos fundos estão alinhados com as cores das competências de cada órgão/entidade.

Na parte superior da borda vem escrito Minas Gerais e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, órgão do Estado de Minas Gerais encaregado pela concessão da Medalha de Mérito Ambiental.

3) No verso da medalha trará gravado ao centro, um triângulo em 3D, em tons de verde que simboliza o equilíbrio ecológico, a conservação, a preservação, o uso sustentável e a recuperação dos ecossistemas. A figura do triângulo está associada ao equilíbrio, estabilidade, força e elevação. Além disso, simboliza conceitos como a Trindade, a conexão entre céu, terra e homem e igualmente, é gravado na bandeira de Minas Gerais de forma simples e na cor vermelha.

Na parte inferior, abaixo do triângulo, está escrito Ad Vitam, que significa “até a vida”, “por toda a vida”, “para toda a vida”, a inscrição que indica a importância da proteção e preservação ambiental para a manutenção da vida no planeta.

4) A autoria da Medalha Mérito Ambiental: Semad: Leonardo Monteiro Rodrigues.

Subsecretário de Fiscalização Ambiental da Semad: Cel PM QOR Alexandre de Castro.

Assessor-Chefe de Relações Institucionais da Semad: Luana Vasconcelos Caldeira.

Coordenador de Publicidade da Semad: Neimar Adriano Costa.

ANEXO II

(a que se refere o art. 12 da Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM nº 3.369, de 04 de julho de 2025).

ARTE DA MEDALHA, BARRETA E ROSETA

Disponível no site eletrônico meioambiente.mg.gov.br

04 2058998 - I

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.370, DE 04 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a composição, o funcionamento e as atribuições do Grupo Coordenador do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do §1º do artigo 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 48.994, de 10 de fevereiro de 2025, RESOLVEM:

Art. 1º – Estabelecer a composição, o funcionamento e as atribuições do Grupo Coordenador do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais – GPCMA, instituído pelo art. 18 do Decreto nº 48.994, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 2º – O Grupo Coordenador do PCMA será composto por:

a) – representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad, sendo:

I – representante do Instituto Estadual de Florestas – IEF, sendo o Diretor-Geral como titular e um suplente por ele indicado;

b) o Subsecretário de Fiscalização Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

c) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

d) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

e) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

f) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

g) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

h) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

i) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

j) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

k) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

l) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

m) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

n) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

o) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

p) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

q) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

r) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

s) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

t) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

u) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

v) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

w) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

x) o Subsecretário de Gestão Ambiental como titular e um suplente por ele indicado;

Art. 4º – A Subsecretaria de Gestão Ambiental – Suga – da Semad será responsável pelas atividades de suporte ao Grupo Coordenador do PCMA, cabendo-lhe:

I – planejar e organizar as reuniões;

II – solicitar reunião com os representantes do Grupo Coordenador;

III – garantir o registro das decisões e deliberações;

IV – definir metas e indicadores para a aplicação eficiente dos recursos provenientes do PCMA;

V – acompanhar o orçamento destinado ao PCMA, sua disponibilidade para a abertura de editais e a utilização adequada de recursos, em conformidade com os princípios de transparência e os objetivos do PCMA;

VI – propor ajustes nos processos e estratégias, com foco na inovação e melhoria contínua do PCMA;

VII – elaborar e divulgar relatórios anuais contendo os resultados das atividades do PCMA, incluindo a distribuição dos recursos e os impactos ambientais gerados.

Art. 5º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2025.

MARILIA CARVALHO DE MELO

Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RODRIGO GONÇALVES FRANCO

Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente

BRENO ESTEVES LASMAR

Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas

MARCELO DA FONSECA

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

04 2059902 - I

ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, da servidora: MASP 1388942-3, de FLAVIANA CARDOSO FAVORETO, para FLAVIANA CARDOSO FAVARETO.

04 2096035 - I

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

– Licença de Operação Corretiva – LOC (LACI): MLJ Ferro Velho e Reciclagem Ltda – MLJ Recicla, Processamento ou reciclagem de sucatas; Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados; Reciclagem de plásticos com a utilização de processo de reciclagem a seco; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos com a separação de componentes que implique exposição de resíduos perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas, Barroso/MG, PA/Nº 393/2025, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 04/07/2035.

(a) Dorgival da Silva.

Chefe Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata.

04 2096103 - I

O Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 137ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, realizada remotamente, via vídeo-conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <http://www.youtube.com/channel/UCU1IA8462m8p9j3C1jJd4w>, no dia 03 de julho de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 136ª RO de 05/06/2025. APROVADA: 6. Processo Administrativo para exame de Recurso do Auto de Infração: 6.1 José Domingos Roua - Desmatar/ suprimir vegetação nativa de Floresta Estacional Secundária em área comum - Jequitinhonha/MG - PA/CA/PANº 481215/20 - AINº 30826/2022. Apresentação: Coordenação de Autos de Infração Jequitinhonha - CAINF JEQ. HOMOLOGADO.

BAIXADO EM DILIGÊNCIA. 7. Processos Administrativos para homologação do Termo de Composição Administrativa - TCA de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, conforme disposto no art. 43 da Lei 25.144/2025 e no § 3º do art. 8º do Decreto nº 48.994/2025. 7.1 Flávio Botelho Leal - Desmatar vegetação nativa em formação secundária, estacional decidual em área comum, em uma área comum medindo